



INTERAÇÃO CRIANÇA NATUREZA, VIVÊNCIAS NA CRECHE.

MARIA ISABEL BEZERRA DE LIMA E
PAULO SERGIO GARCIA

Maria Isabel Bezerra de Lima e

Prof. Dr. Paulo Sergio Garcia

INTERAÇÃO CRIANÇA NATUREZA, VIVÊNCIAS NA CRECHE.

1 Edição

São Caetano do Sul

Universidade Municipal de São Caetano do Sul

2020

LIMA, Maria Isabel Bezerra de e GARCIA, Paulo Sergio

Interação criança natureza: vivências na creche/ Maria Isabel Bezerra de Lima e Paulo Sergio Garcia. São Caetano do Sul. – USCS, 2020.

32 f.

1. Infância 2. Interação 3. Natureza 4. Diretor I. Título II.
Universidade Municipal de São Caetano do Sul



Sumário

05 INTRODUÇÃO

07 CONTEXTO

10 BASE LEGAL

13 BENEFÍCIOS DA
INTERAÇÃO COM A
NATUREZA

17 ORIENTAÇÃO AOS
GESTORES

19 MATERIAL DE
APOIO

32 REFERÊNCIAS

1 INTRODUÇÃO

AB'Saber (1991, p.1) entende que a Educação Ambiental (EA) começa em casa, passa pela rua, bairro e cidade e atinge a escala planetária; ela exige conhecimento articulado sobre a região (território) e “um entendimento claro sobre a projeção dos homens em espaços terrestres herdados da natureza e da história” (1991, p.1).

Compreendida a partir do enfoque de AB'Saber (1991), a EA é muito mais do que cuidar dos rios, das plantas e dos animais. Trata-se de cuidar de tudo aquilo de que o homem é irremediavelmente dependente, é cuidar da relação com o outro, das relações de produção e das condições de trabalho, é repensar as desigualdades, as relações entre as pessoas, o cuidado consigo e com o outro, é cuidar da alimentação, do sono, do descanso e do lazer. É uma reflexão sobre a vida em sua plenitude, na harmonia do homem com a natureza.

O RCNEI (BRASIL, 1998, p. 169) indica que “nos primeiros anos de vida, o contato com o mundo permite à criança construir conhecimentos [...] iniciam o reconhecimento de certas regularidades dos fenômenos sociais e naturais”. O Referencial afirma também que “as crianças vão, gradativamente, percebendo relações, desenvolvendo capacidades ligadas à identificação de atributos dos objetos e seres, à percepção de processos de transformação, como nas experiências com plantas, animais e materiais”. (idem, p.171).

Fracalanza (2004, p. 6) entende que alguns problemas da EA nas escolas estão relacionados “às concepções de Educação Ambiental, à metodologia e às práticas de ensino utilizadas pelos professores, à formação inicial e continuada dos professores, à organização e ao funcionamento das escolas”. O autor propõe que os anos iniciais da escolarização, sobretudo na EI, são essenciais para a definição do caráter do adulto e sua concepção e prática de cidadania e conclui que os professores, em sua maioria, acabam por simplificar suas propostas e “não se dão conta de que, de um ou de outro modo, reforçam e sedimentam um dado estereótipo de Educação Ambiental” (2004, p. 7).

2 CONTEXTO

Santo André, município do ABC paulista, com uma população aproximada de 700.000 habitantes em uma área de 175.782 km², dos quais mais de 50% em área de proteção ambiental mantém uma efetiva política de Educação Ambiental. Em 1997, o município iniciou a coleta seletiva atingindo no ano seguinte 100% do território da cidade. O município mantém um aterro que recebe 100% dos resíduos da cidade, sendo classificado pela CETESB com nota 9,6 e em cuja área de 14 mil m² operam duas cooperativas de reciclagem.

De acordo com página oficial da cidade, Santo André possui 11 parques, com mais de 13 milhões de m², com rica vegetação e visitados por quase 30 mil pessoas por semana. Dentre esses parques está a Escola Municipal de Educação Ambiental, com área de 50 mil m² e anexo a ela foi instalada em 2018 a GEMA (Gerência de Educação e Mobilização Ambiental) criada com o objetivo de assessorar educadores no desenvolvimento de projetos de EA, em atendimento a PMGSA (CMSA, 1998).

Em Maio de 2019 o município contava com 40 creches municipais, atendendo um número de 7.984 crianças. No 2º semestre de 2019 foram analisados os Projetos Políticos Pedagógicos (PPP), de oito dessas unidades escolares verificando-se que os mesmos apresentavam uma estrutura pouco flexível, porém apresentando a caracterização dos diferentes segmentos constituintes do espaço (comunidade escolar, famílias, educadores, educandos, equipe de apoio pedagógico, equipe de apoio administrativo, equipes de apoio a unidade escolar, conselho de Escola, Conselho Mirim, entre outros), e um quadro de ações pertinentes a cada um desses segmentos.

Em relação ao meio ambiente os PPP analisados apresentavam como objetivos: explorar o ambiente; estabelecer contato com a natureza; vivenciar situações onde possa explorar e conhecer o meio que o cerca; relatar transformações observadas em materiais, animais, pessoas ou no ambiente; utilizar elementos da natureza em suas experiências; explorar movimentos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, histórias, objetos e elementos da natureza; conscientizar a comunidade sobre a importância dos cuidados com o meio ambiente;



propiciar a observação, exploração e interação com objetos e com o meio ambiente; observar e explorar o ambiente através do contato e de pesquisas visando também a valorização de atitudes que contribuam para a conservação do mesmo; explorar suas habilidades físicas, motoras e perceptivas.

Os PPP consultados traziam muito claramente a concepção de criança como sujeito de direitos e produtora de conhecimento, a necessidade da parceria creche-família e a formação continuada como condição para uma educação de qualidade refletindo o entendimento de que, é na formação continuada que os profissionais da educação se constituem.

3 BASES LEGAIS

A Educação Ambiental (EA) no Brasil está presente em diversos documentos como a Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 1999), o Tratado de Educação para Sociedades Sustentáveis (BRASIL, 1992), a Política Nacional de Resíduos Sólidos (BRASIL, 2010), as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental (BRASIL, 2012).

Documentos como os Critérios para Atendimento em Creches (1995, 2009), RCNEI (1998), DCNEI (1999), BNCC (2017), entre outros, propõem a interação com a natureza como uma forma de desenvolver a consciência para a preservação, no sentido de preservar para garantir a sobrevivência das gerações presentes e futuras e como forma de desenvolver novos valores e atitudes.

Os RCNEI (1998), afirmam que as creches se constituem em espaços privilegiados para a construção de conhecimento, valores e atitudes e as DCNEI (2010, p.137) indicam que as instituições de EI devem “promover a interação, o cuidado, a preservação e o conhecimento da biodiversidade e da sustentabilidade da vida na terra, assim como o não desperdício dos recursos naturais”.

Dentre os objetivos para EI, as DCNEI (2010, p. 63) propõem a observação e exploração do ambiente pela criança, com atitude de curiosidade, a fim de perceber-se cada vez mais como integrante, dependente e agente transformadora do meio ambiente.

Os Critérios para um Atendimento em Creches que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças (BRASIL, 2009), estabeleceu doze critérios a serem atendidos no sentido de respeitar os direitos fundamentais das crianças e dentre esses direitos está o contato com a natureza.



O documento sugere a avaliação da efetividade da Educação Ambiental a partir da formulação de alguns questionamentos: A creche procura ter plantas e canteiros em espaços disponíveis? As crianças têm direito ao sol e a brincar com água, areia, argila, pedrinhas, gravetos e outros elementos da natureza? Bebês e crianças passeiam ao ar livre? As crianças aprendem a observar, amar e preservar a natureza e os animais? As crianças têm oportunidade de olhar para fora através de janelas mais baixas? Essas crianças visitam parques, jardins e zoológicos? As famílias são incluídas na programação relativa à natureza?

4 BENEFÍCIOS DA INTERAÇÃO COM A NATUREZA

No contexto da EI, Tiriba (2010, p. 14) afirma que “as creches podem se constituir como instituições formadoras de inteligências, valores e sentimentos generosos em relação à vida”. Para a autora (TIRIBA, 2010), as creches se constituem em locais privilegiados para a formação das crianças por meio de conhecimentos e valores relacionados ao cuidado com o outro e com o meio ambiente, considerando que o exercício de convívio com o mundo natural possibilitará à criança cuidar de si, dos outros e da Terra (TIRIBA, 2010, p. 2).

Tiriba (2010) enfatiza a necessidade de aproximação das crianças com a natureza para um desenvolvimento saudável e nessa perspectiva, as escolas necessitam reinventar seus tempos, seus espaços e suas rotinas escolares. Trata-se da ideia de criar práticas pedagógicas a partir da interação da criança com a natureza, com a terra, aproveitando, ao mesmo tempo, para discutir com os pequenos as questões do desperdício dos recursos naturais no contexto escolar para fazer com que as crianças se sintam inseridas no meio ambiente, como parte

integrante do mesmo, interagindo com a natureza em um cenário em que suas ações e atitudes sejam valorizadas (BRASIL, 2010) e, ao mesmo tempo, promover um processo que religue ser humano e a natureza, o corpo e a mente (TIRIBA, 2010).

Mendonça (2012, p. 138) defende que experiências diretas com a natureza trazem novo sentido a vida humana, abrem espaço para ações criativas e transformadoras e (BARROS, 2018, P.15) afirma que “o convívio com a natureza na infância, especialmente por meio do brincar livre, ajuda a fomentar a criatividade, a iniciativa, a autoconfiança, a capacidade de escolha”.

É possível levar as crianças a interagir com a natureza, sugere Mendonça (2012), se não há espaço para horta pode-se ter floreiras. Mendonça (2012, p. 133) acredita que a natureza ainda possa ser para o homem o que é para os índios - “o lugar onde se aprende sobre o significado das coisas, das nossas ações e de nossas vidas”.

Dias (2019) sugere que o simples exercício de sair ao sol e sentir as sensações que este provoca no nosso corpo, de aquecimento ou formando sombras, já possibilita inúmeras indagações e como afirma Tiriba (2010), é preciso garantir que as crianças possam desfrutar de ambientes bonitos, arejados, iluminados pelo sol, que possam, em dias quentes, brincar com água, sejam em grandes bacias ou com o uso de mangueiras.

Tiriba (2010) e Barros (2018) insistem que é direito da criança interagir e se encantar com a natureza e que, para tal, a escola é fundamental, uma vez que pode proporcionar aos pequenos atividades como o cultivo de hortas, brincar na chuva, entre outras vivências.

Mendonça (2012, p. 139) alerta que “sem o contato profundo com a natureza, criamos um mundo dissociados das leis que o originaram e que o regem. Buscamos supremacia e, com isso, perdemos nossa fonte de sentido”. Para essa pesquisadora, o único meio de conhecer bem a natureza consiste na experiência direta com ela. Louv (2012, p. 332) afirma que “não precisamos ser inimigos da tecnologia para perceber a necessidade de mais natureza em nossa vida [...] quanto mais nossa vida se tornar refém da tecnologia de ponta, mais precisaremos da natureza”.

5 ORIENTAÇÃO AOS GESTORES

Nesse processo de aproximação da criança com a natureza, o diretor da creche tem papel essencial, pois cabe a ele atuar na mobilização dos recursos, materiais e humanos, com o intuito de promover o bem-estar, a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças, a partir, entre outras coisas, da interação com a natureza. Ele é, de acordo com Fullan (2014), uma liderança em movimento, um agente de mudanças, que aproxima pessoas e mobiliza recursos materiais, entre outras questões.

Pesquisadores como Thurler (2001) e Garcia (2010) reforçam essa ideia afirmando que o diretor tem uma atuação direta em relação às inovações e mudanças na escola, seu trabalho deve ser o de um agente facilitador e mediador, um articulador que motiva os profissionais de educação, as famílias e os alunos. Esse profissional tem responsabilidades na organização dos projetos e dos espaços para que as crianças possam interagir com a natureza, valorizar e preservar os recursos naturais, entre outras questões.



Luck (2009) atribui ao diretor a tarefa de mobilizar talentos para a articulação de trabalho integrado, criando uma rede interna e externa de interação e colaboração, objetivando desenvolver na escola ações e medidas que a tornem uma comunidade de aprendizagem.

6 MATERIAL DE APOIO

A promoção de vivências na natureza possibilita desenvolver os sentidos, a criatividade, a sensibilidade e a motricidade a partir de ações simples e ricas em possibilidades. É possível transformar a creche em espaços de exploração e descobertas, em espaços de conhecimento e felicidade. Eis algumas possibilidades:

1. Possibilitar as crianças a observarem o que há no quintal da creche, estimulando-as a olharem para além dos muros, até onde seus olhos alcançam.



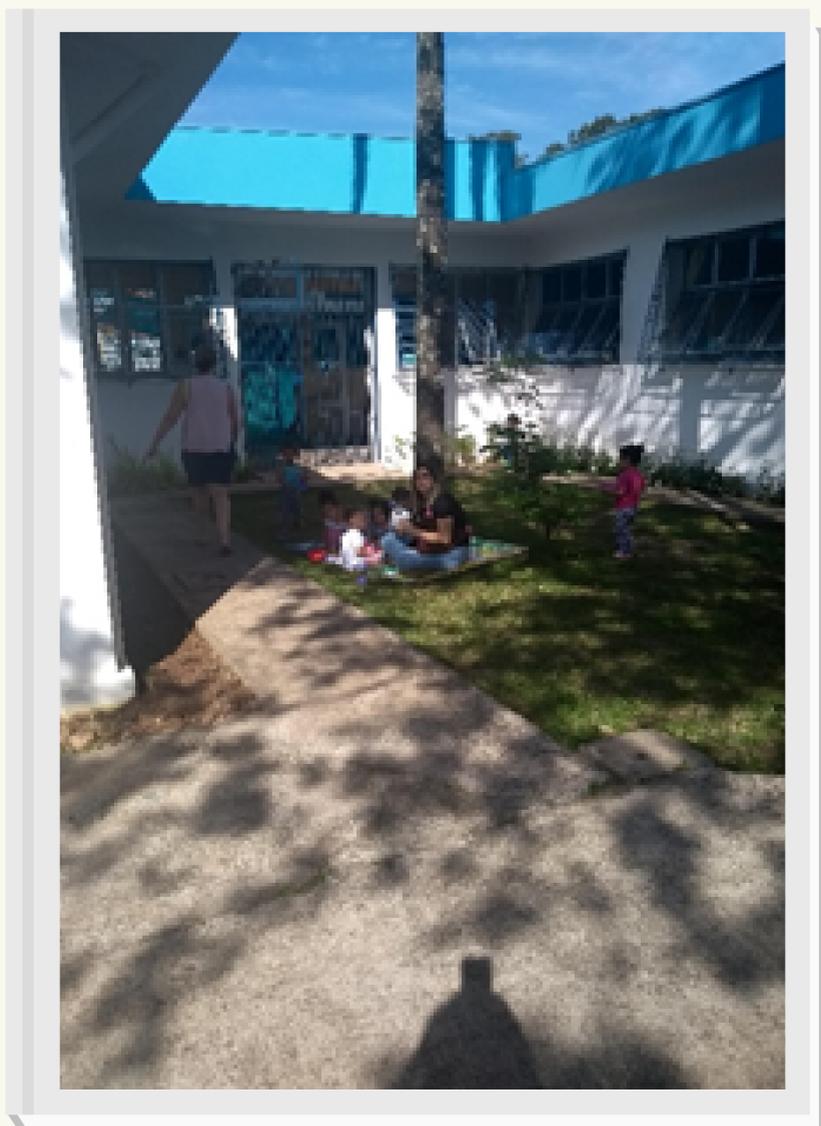
Mesmo em espaços muito pequenos e pouco atrativos aos olhos dos adultos as crianças conseguem encontrar pequenos tesouros e ao observarem para além dos muros as crianças vão constituindo sua visão de mundo.

2. Estimular a observação e manipulação de flores e folhas com seus diferentes tamanhos, formatos, cores, ranhuras, texturas.

3. Disponibilizar as crianças saquinhos perfumados com aromas da natureza desafiando-os a identificarem os elementos.

Esses saquinhos são fáceis de fazer, com TNT e essências compradas em lojas de produtos para confeitaria.

4. Em um dia de chuva, que tal sair em um espaço externo protegido para que as crianças ouçam e observem a chuva: o som, a intensidade, a temperatura.



5. Em um dia de sol, estimular as crianças a sentirem o aquecimento que o sol provoca em nosso corpo. Observar as sombras do corpo, das árvores e dos brinquedos, em horários diferentes para que descubram o movimento da vida e dos fenômenos naturais.

6. Aproveitar os dias de sol para que as crianças possam brincar de chuvinha, dar banho em bonecas e bichinhos, lavar as roupinhas das bonecas e paninhos.



7. Junto com as crianças realizar o preparo e utilização de tinta com terra.

8. Propor as crianças que fiquem quietinhas por um momento para ouvirem os sons do entorno e depois imitem os sons que ouvirem.

9. No espaço externo pedir as crianças que se deitem e convide-as a observarem o céu e as nuvens. Tal observação suscitará muitas falas.

10. Possibilitar que as crianças brinquem com terra e água. Se houver espaço com areia que tal molhar a areia para as crianças construírem seus castelos e fortalezas.



11. Preparar receitas saudáveis como suco de Cambuci (fruto típico da Mata Atlântica), um bolo de feijão que se passa por bolo de chocolate, um bolo de abobrinha, ou a fanta caseira, feita basicamente de cenoura, limão e casca de laranja.

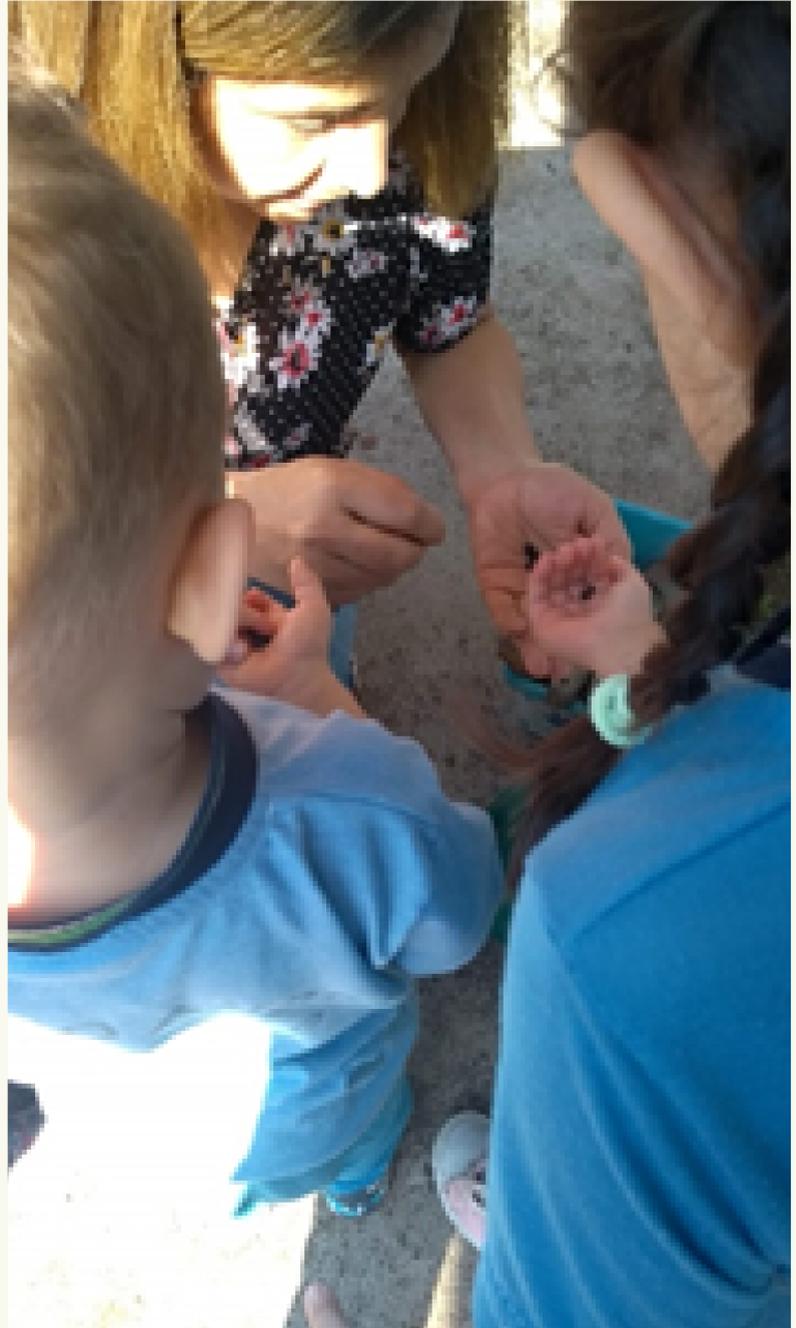


12. Convidar as crianças a passearem pelo espaço externo coletando folhas, pedrinhas, sementes, galhinhos. Ao final do passeio disponibilizar formas de pizzas com cola para que as crianças depositem seus achados. Após secagem da cola se terá múltiplas criações para embelezamento do espaço da creche e observação das crianças.

13. Passear pelo espaço externo com lupas e binóculos, as crianças amam e se concentram nas sutilezas do espaço.



14. Plantio de hortaliças e flores. Não é necessário plantar um canteiro de alfaces, mais rico será plantar dois ou três exemplares de cada hortaliça e realizar o acompanhamento constante do desenvolvimento do que foi plantado. Mesmo que o plantio fracasse e a planta não se desenvolva é importante que as crianças acompanhem e falem sobre o assunto, assim, com o passar do tempo e a constância na ação de plantio e acompanhamento entenderão as necessidades das plantas e nossa responsabilidade no cuidado das mesmas.



15. Preparação de um terrário junto com as crianças. Com o terrário as crianças podem perceber que as plantas são autossuficientes, diferente de nós humanos.

16. Preparação de composteira (minhocário). Além de estimular a reciclagem a manutenção da composteira permite trabalhar com as crianças sobre cuidado e responsabilidade sobre a vida animal. Os grupos podem se revezar no cuidado da composteira e observar a rapidez com a qual as minhocas se reproduzem e crescem.



17. Plantio de feijão. Muitas professoras realizam com seus alunos o plantio de feijões no algodão. Essa atividade se torna muitíssimo mais rica se em paralelo as crianças plantarem algumas sementes na terra. As crianças conseguem vivenciar processos diferentes, com resultados diferentes e após algum tempo podem descobrir dentro de pequenas vagens os feijões que consomem diariamente.

18. A turminha, se responsabilizar pela rega das plantas da creche por uma semana, assim as crianças vivenciam os cuidados diários que uma planta exige e ao mesmo tempo vão construindo vínculo com a natureza.



19. Experiência para observação da absorção de nutrientes pelas plantas. Preparar três recipientes transparentes com água (pode ser potes de maionese). Colocar em cada um deles gotas de anilina em cores diferentes. Em cada recipiente colocar uma margarida branca e deixar que as crianças observem. Aos poucos as flores brancas vão sendo tingidas pela anilina e pode-se conversar com as crianças que as plantas se alimentam do que está na terra, portanto não podemos jogar lixo, óleo, etc.



20. Experiência para observação da clorofila. Conversar com as crianças que, assim como temos sangue em nosso corpo as plantas têm a clorofila. Indagar as crianças, suscitando a curiosidade: Que cor será a clorofila? Será vermelha igual nosso sangue? Na folha vermelha e na folha verde a clorofila é da mesma cor? Coletar antecipadamente algumas folhagens verdes e algumas vermelhas (muito fáceis de encontrar). Amassar as folhas, separando-as por cor e colocar em dois recipientes transparentes com álcool. Estimular as crianças a falarem sobre as transformações ocorridas, sobre a beleza das diferentes cores.



As famílias, como parte essencial da Educação Ambiental, como preconiza a CF/88, precisa, juntamente com a creche, possibilitar a criança essas vivências na natureza. Assim, a creche pode:

- Promover um passeio com as famílias em uma praça próxima a creche solicitando que as famílias deixem as crianças registrar imagens com o celular sem a intervenção do adulto. As imagens podem ser impressas e expostas. É fascinante observar que as crianças não fotografam aleatoriamente, mas estabelecem critérios em seus registros. Nessa atividade, mais importante que as fotos, é observar o processo, o que desperta a atenção da criança, suas falas e gestos durante o registro.
- Sensibilizar as famílias para que conheçam os parques da cidade junto com suas crianças, registrem esses passeios e compartilhem com a creche. As imagens das crianças nos parques da cidade podem constituir um mural para que mais famílias se sensibilizem a conhecer os parques da cidade.

- Realizar junto com as famílias uma campanha para a coleta seletiva. Embora a coleta seletiva esteja em outra vertente da Educação Ambiental ela impacta diretamente o meio ambiente no qual se propõe as vivências.

<http://www.ecofuturo.org.br/sobre-o-eco/>

O Instituto Ecofuturo investe na formação de leitores e na conservação de áreas naturais, integrando livros, pessoas e natureza.

<https://www.sercriancaenatural.com/>

Existimos para que a relação entre criança e natureza aconteça.

<https://alana.org.br/project/crianca-e-natureza/>

O Alana trabalha para encontrar caminhos transformadores para as novas gerações, buscando um mundo sustentável e de excelentes relações humanas.

<https://www.terracycle.com/pt-BR>

A TerraCycle é uma empresa líder global em soluções para resíduos de difícil reciclabilidade. Nós possuímos diversos programas de coleta e reciclagem.

7 REFERÊNCIAS

AB'SABER, A. N. (RE) Conceituando Educação Ambiental. 1991. Disponível em: http://arquivo.ambiente.sp.gov.br/cea/cea/AbSaber_Reconceituando.pdf. Acesso em março de 2019.

BARROS, M. I. A. Desemparedamento da Infância: A escola como lugar de encontro com a natureza. Instituto Alana. Rio de Janeiro, março de 2018. Disponível em: <https://criancaenatureza.org.br/noticias/desemparedamento-da-infancia-escola-como-lugar-de-encontro-com-natureza/> Acesso em março de 2019.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2017. Disponível em: basenacionalcomum.mec.gov.br. Acesso em setembro de 2018.

BRASIL. Resolução CNE/CP 2/2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental. CNE. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de junho de 2012 – Seção 1 – p.70.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil. MEC, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em março de 2019.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em fevereiro de 2019.

BRASIL. Critérios para um Atendimento em Creches que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças. 2 ed. Brasília, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em março de 2019.

BRASIL. Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Disponível em: <http://www2.mma.gov.br>. Acesso em março de 2019.

BRASIL. Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil. V. 1 e 3, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em fevereiro de 2019.

BRASIL. Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. 1992. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em março de 2019.

CMSA. Lei nº 7.733/1998 de 14 de outubro de 1998. Dispõe sobre a Política Municipal de Gestão e Saneamento Ambiental. Publicada no Diário do Grande ABC em 15/10/1998, Cad. Class. Pág.20. Disponível em: <http://www.cmsandre.sp.gov.br>. Acesso em março de 2019.

COUTO, A. R. O.; VIVEIRO, A. A. Educação Ambiental e Educação Infantil: dialogando com as crianças sobre os impactos ambientais do consumismo. 2018. Disponível em: <http://www.revistaeea.org/artigo.php?idartigo=3070>. Acesso em março de 2019.

DIAS, G. F. Encontro de Educação Ambiental como projeto: Reflexões e Práticas. SEMASA, 2019. 11 e 12 de novembro. FRACALANZA, H. As pesquisas sobre educação ambiental no Brasil e as escolas: alguns comentários preliminares. In: TAGLIEBER, J.E. e GUERRA, A.F.S. (org.) Pesquisa em Educação Ambiental: pensamentos e reflexões de pesquisadores em Educação Ambiental. Pelotas: Editora Universitária/ UFPel, 2004. p. 55-77. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/Biologia/Artigos/pesquisa.pdf. Acesso em março de 2019.

FULLAN, M. Leading in a Culture of Change. E-book. Editor: Wiley. Edição ou reimpressão: fev. 2014.

LOUV, R. O Princípio da Natureza: Reconnectando-se ao Meio Ambiente na Era Digital. São Paulo: Cultrix, 2014. 1. ed.

LUCK, H. Dimensões da Gestão Escolar e suas competências. Curitiba. Ed. Positivo, 2009. Disponível em: <https://www.anpae.org.br/XXVIIIISIMPOSIO/publicacao/AnaisXXVIIIISimposio2017> Acesso em fevereiro de 2019.

MENDONCA, R. Meio Ambiente e Natureza. São Paulo, 2012. Ed. Senac.

TIRIBA, L. Crianças e Natureza. Anais do I Seminário Nacional: Currículo em Movimento – Perspectivas Atuais. Belo Horizonte, novembro de 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br> Acesso em março de 2019.

THURLER, M.G. Inovar no Interior da Escola: Liderança e Modos de Exercício do Poder. Porto Alegre: 2001, Artmed.